

NOVO FÓRUM Comissão de Fiscalização e diretores das VTs visitam obras

Por Suely Cavalcante



Integrantes da Comissão de Fiscalização da Obra de Construção do Fórum Astolfo Serra (FAS) e diretores de secretaria das Varas Trabalhistas da capital visitaram este mês as obras do novo prédio do Fórum. O presidente da Comissão, desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior, disse que as obras estão ocorrendo dentro do cronograma estabelecido e que há a possibilidade dos trabalhos serem concluídos agora em março, dois meses antes do previsto no contrato. O Fórum é a sede das Varas do Trabalho de São Luís.

Os diretores de secretaria foram conhecer as novas instalações das VTs e gostaram muito do espaço e da funcionalidade do novo fórum. Para Teresa Ferraz, diretora da 4ª VT, as novas secretarias e gabinetes vão proporcionar mais conforto aos magistrados e servidores. Os usuários também terão espaços mais amplos e uma estrutura que oferecerá mais comodidade aos que buscam os órgãos da primeira instância tra-

balhista na capital.

Além do desembargador, participaram da visita os servidores Sérgio Moriah de Abreu (Serviço de Engenharia); Wagner Campos, diretor de Material e Patrimônio; Ary Arruda Gomes, diretor de Informática; Sérgio Pinho e José Expedito Belfort Assunção (Diretoria de Serviços Gerais), que integram a Comissão de Fiscalização. O secretário-geral da Presidência do TRT, Júlio César Guimarães também esteve no Fórum Astolfo Serra.

Presentes os diretores de secretaria Noredim Ribeiro Neto (1ª VT), Nilton Celso (diretor substituto da 3ª VT), Teresa Ferraz (4ª VT), Almir Coelho Júnior (5ª VT) e Carlos Mauro Muniz (6ª VT), além da chefe do Setor de Distribuição do Fórum, Danielly Gualberto.

O novo prédio do FAS localiza-se na Avenida Vitorino Freire, nº 150, bairro da Areinha, próximo à sede do Tribunal Regional Eleitoral. A construção foi iniciada em abril do ano passado.

Nossa Memória

No início do Século XXI, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região ampliou a jurisdição no Estado do Maranhão com a instalação de mais 8 Varas Trabalhistas, sendo 2 na capital e 6 no interior. As Varas foram criadas pela lei nº 10.770/2003. A criação ampliou a cobertura da Justiça do Trabalho no Maranhão de 80 para 183 municípios. A nova lei alterou a jurisdição das atuais Varas. Com a reformulação da legislação, a cobertura da Justiça do Trabalho no Maranhão foi ampliada de 58,82% para 84,33% municípios maranhenses.

Além de 2 novas Varas para a capital, foram instaladas Varas nos municípios de Barreirinhas, Estreito, Pedreiras, Presidente Dutra, São João dos Patos e Timon. As novas Varas vieram somar às já existentes nos municípios de São Luís, Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Pinheiro e Santa Inês. Hoje a JT-MA cobre 100% dos municípios maranhenses.



JUSTIÇA EM NÚMEROS

A solução das ações pelas 21 Varas Trabalhistas do Maranhão em 2008 resultou no repasse de R\$ 74.306.842,12 aos reclamantes. O valor superou o de 2007, quando foram repassados R\$ 50,8 milhões aos reclamantes. Os dados estão no boletim estatístico de 2008 que é compilado pela Corregedoria do TRT-MA e pode ser acessado no site www.trt16.gov.br, no link Corregedoria. Segundo o boletim, as VTs também receberam 24.075 novas ações e realizaram 41.661 audiências.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do TRT da 16ª Região – Maranhão
Ano XVI – nº 76 – Fevereiro /2009

Av. Senador Vitorino Freire, 2001
CEP: 65030-015 – São Luís-MA
Telefones: (98) 2109-9307/9443

E-mail: ascom@trt16.gov.br

Presidente
Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho

Vice-Presidente
Márcia Andrea Farias da Silva

Diretor-Geral
Domingos Carlos dos Santos Neto

Secretário Geral
Júlio César Guimarães

Coordenação
Edvânia Kátia

Edição: Valquíria Santana

Jornalistas
Edvânia Kátia
Wanda Cunha
Suely Cavalcante
Valquíria Santana

Estagiário de Jornalismo
Paulo de Tarso Júnior

Fotos: Ascom, Romeu Ribeiro e Ailton Baren

Diagramação: Hugo Máximo

Revisão: Wanda Cunha

Fotolito e Impressão:
Gráfica Gênesis (98) 3231 8199

PARÁGRAFO ÚNICO

ANO XVI – Nº 76 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 16ª REGIÃO



QUESTÃO DE JUSTIÇA

Projetos do TRT-MA são indicados pelo CNJ a outros tribunais

O Conselho escolheu os Juízes Auxiliares de Execução e de Precatórios e o Projeto Vara Itinerante, desenvolvidos pelo TRT-MA, para integrarem o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de todo o país, lançado este mês. São iniciativas que estão contribuindo para maior celeridade das ações da Justiça do Trabalho no Maranhão e foram selecionada pelo CNJ por apresentarem resultados positivos. Os três projetos integram o plano de gestão da JT no Estado.

Páginas 04 e 05

Ao ser escolhido pelo Conselho Nacional de Justiça entre um dos tribunais do país como modelo de gestão, o Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão consolida-se como um tribunal de ponta no cenário nacional. Uma conquista que chega como um presente, no ano em que o TRT vai comemorar os seus 20 anos de instalação. Uma conquista comemorada por magistrados e servidores.

Parece que foi ontem. Mas já se passaram 20 anos. Aqui nesta instituição muitos magistrados e servidores empenharam seu potencial criativo, competência, compromisso e comprometimento a serviço da Justiça do Trabalho. Soma-se a isso a visão estratégica dos gestores que estiveram à frente da instituição a cada dois anos. O resultado é o reconhecimento.

O Juízo Auxiliar de Execução, o Juízo Auxiliar de Precatórios e as Varas Itinerantes do Trabalho são projetos que efetivam a prestação jurisdicional. Para aqueles que buscam a solução do conflito processual, esses instrumentos servem para agilizar o andamento das ações judiciais e dar uma resposta ao cidadão que veio a JT buscar justiça.

Assim, todos estão de parabéns. As comemorações dos 20 anos são bem mais que uma data festiva, mas o momento oportuno para colher os frutos de tantas iniciativas que foram implementadas.

AMBIENTALMENTE CORRETO!

Este ano o Informativo Institucional da Justiça do Trabalho no Maranhão passou a ser impresso em papel reciclado. A opção pelo reciclado soma-se às diversas ações que o Tribunal vem adotando como parte de sua política de preservação ambiental. Em oito páginas, formato revista, o jornal traz informações sobre direitos sociais e assuntos institucionais.

O Tribunal também está substituindo o papel branco, usado na impressão de documentos, por reciclado. A iniciativa integra as ações do Projeto TRT Ambiental que desenvolve práticas de redução do impacto ao meio ambiente e estimula o uso racional de materiais e serviços. Para a execução das ações foi instituída, em 2007, a Comissão TRT Ambiental, que atende também à re-

PERFIL

“Aprendi a ser capaz de ouvir melhor as pessoas”

Por Wanda Cunha

“São 19 anos decorridos, o suficiente para dar a qualquer pessoa necessária maturidade para aprender a viver bem e não perder a alegria, em especial, diante de situações que são verdadeiras provas de vida”, afirma Paulo Roberto da Silva Costa, técnico judiciário – agente de segurança judiciário, lotado na Diretoria de Serviços Gerais do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA). Este ano ele foi removido, a pedido, da Vara Trabalhista de Pinheiro para São Luís, trazendo na mochila 16 anos de experiência na sala de audiência e três na secretaria.

Paulo Costa enfatiza que suas diversas experiências, no campo das relações humanas e no desempenho de suas atribuições, têm contribuído para seu aprendizado na Justiça do Trabalho. Destaca, em especial, o compromisso profissional dos servidores da VT de Pinheiro, com os quais conviveu desde que entrou para o quadro permanente do TRT-MA, em 1990. Ele garante que cresceu profissionalmente com o jurisdicionado e colegas da Vara Trabalhista. “Aprendi a ser capaz de ouvir melhor as pessoas, dando-lhes atenção adequada e merecida”, mensurou.

É dele a proposta aprovada pela Comissão do Banco de Ideias, sugerindo a transmissão via internet, ao vivo ou gravada, de palestras, orientações e cursos, aos servidores das Varas Trabalhistas do interior. “Constatei, por meio das notícias veiculadas nas ferramentas de comunicação do Tribunal que, no decorrer dos últimos 20 meses da atual gestão, vários cursos voltados para o aprimoramento das atividades dos servidores foram materializados, permitindo-lhes capacitação profissional, em especial aqui na sede”.

A proposta de Paulo Costa favorece que todos os servidores, lotados no interior, participem de cursos de Educação a Distância, ministrados na sede do TRT, em tempo real, sem prejuízo das atividades que exerçam nas Varas e também sem gastos com deslocamento. A sugestão está contemplada no projeto de Educação a Distância (EaD), uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que foi implantada este mês no Maranhão pela Justiça do Trabalho. Também integra o Projeto de Educação Continuada do Tribunal.

Graduado em Administração, Paulo Costa é de Recife (PE) e chegou ao Maranhão em 1985. Casado, três filhos, ele abraça como conduta religiosa a Doutrina Espírita. Em Pinheiro, estava integrado às atividades sociais próprias da instituição espírita a que pertencia, entre elas a manutenção de uma escolinha para crianças na fase pré-escolar. “Em São Luís, estou retornando a meus trabalhos no Centro Espírita Luz, Caridade e Amor. Também gosto de praticar atividades físicas com regularidade”, finaliza.



comendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No site (www.trt16.gov.br) podem ser acessadas informações relativas ao trabalho desenvolvido pela Comissão.

A chefe do Serviço de Comunicação do Tribunal, Edvânia Kátia, destacou que o setor, a exemplo de outras unidades do TRT, vem adotando diversas práticas que contribuem com a política de preservação do meio ambiente. Além da impressão do Parágrafo Único em papel reciclado, citou também a economia de 500 folhas de papel por mês, com a criação do clipping on line das notícias diárias de interesse do Tribunal; e a impressão frente e verso de documentos. “Cada um dos que fazem a JT-MA precisa contribuir para a preservação do meio ambiente”, acrescentou.

AGILIDADE

TRT-MA institui Sistema de Protocolo Postal

Por Wanda Cunha

Petições ou recursos judiciais poderão ser enviados pelos Correios aos juízes trabalhistas de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho no Maranhão. A medida, instituída no dia 28 de janeiro deste ano, pelo Tribunal Pleno do TRT-MA, vai aperfeiçoar o atual sistema de protocolo da instituição e entrará em vigor 60 dias após sua publicação. O ato foi publicado no dia 05 deste mês, no Diário de Justiça do Estado.

O Sistema de Protocolo Postal (SPP) será implementado por meio de convênio celebrado entre o TRT e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), detentora do monopólio postal para execução dos serviços. A decisão de instituir o sistema consta da Resolução Administrativa nº 23/2009 e visa a melhorar o acesso dos jurisdicionados aos serviços judiciais e a celeridade da tramitação processual.

Conforme o presidente do TRT-MA, Gerson de Oliveira, o SPP cria mecanismos mais ágeis e eficientes e reduz, ou mesmo elimina, os deslocamentos até então inevitáveis para protocolização de documentos. “O jurisdicionado economiza tempo, e a justiça fica mais célere”, garante o presidente.

A utilização do SPP só será possível durante o horário de funcionamento das agências da EBCT. Segundo a diretora de Cadastramento Processual do TRT, Stael Cavalcanti de Araújo, os envelopes

ou caixas apropriadas do serviço de Sedex com ou sem Aviso de Recebimento (AR) devem ser adquiridos pelo interessado nas agências dos Correios e devidamente preenchidos, com a precisa e clara indicação do destinatário, do remetente, dos respectivos endereços e Código de Endereçamento Postal (CEP). Em cada envelope ou caixa só poderá ser enviada uma petição ou um recurso e seus documentos, com a expedição de apenas um recibo eletrônico de postagem por envelope.

Contagem de prazo - O recibo eletrônico de postagem de correspondência via Sedex deve ser anexado à primeira lauda da petição ou do recurso protocolado e terá o carimbo com a data e horário de recebimento, com identificação da agência recebedora e do empregado atendente. O mesmo procedimento será adotado na cópia da petição ou do recurso, com o nome e matrícula do empregado atendente. A data de postagem terá a mesma validade do protocolo convencional para fins de contagem de prazo judicial.

O Ministério Público do Trabalho poderá usar o SPP para as petições que requeiram adiamento de audiência e adiamento ou suspensão de praça e leilão, bem como para arrolar e substituir testemunhas, mas deverá fazê-lo com antecedência mínima de quatro dias.

O SPP não será usado:

- Petições iniciais e seus aditamentos;
- As que requeiram o adiamento de audiência, adiamento ou de suspensão de praça ou leilão;
- As que arrole ou peça substituição de testemunhas e as que se destinarem a juízos que não forem da 16ª Região;
- Serão recusadas as petições, quando os interessados não indicarem, de forma destacada, a Vara do Trabalho para a qual foi distribuída a ação, o número do processo e os nomes das partes, nos casos de processos que tramitam em primeiro grau de jurisdição;
- Em relação aos processos de segunda instância, não serão recebidas as petições sem o número do processo no Tribunal, se já distribuído o feito, a espécie (Recurso Ordinário, Agravo de Instrumento, Agravo de Petição, Recurso de Revista etc.) e os nomes das partes.



Foto: Marilda Amorim

Atleta Profissional

As primeiras reuniões esportivas organizadas foram os Jogos Olímpicos, iniciados em 776 a.C., pelos gregos. No decurso dos séculos, a prática esportiva deixou de ser apenas amadora e tornou-se profissional. A profissão do atleta, em todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado. Ao atleta profissional aplicam-se as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas em Lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho. A profissão é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O Dia do Atleta Profissional é comemorado em 10 de fevereiro, e o do Esportista, no dia 19.



A sede da Vara do Trabalho de Barreirinhas foi deslocada, de 9 a 13 deste mês, em caráter itinerante para o município de Araíoses. Foram realizadas 109 audiências pela juíza do Trabalho Substituta Erika Guimarães. Tendo em vista a necessidade de adiamento de audiências foi designada nova itinerância naquele município, para o período 11 a 15

de maio deste ano. Como muitos reclamantes moram em área de difícil acesso até pelos Correios, muitas notificações não chegaram ao destino.



A Comissão TRT Ambiental repassou este mês ao Programa Real de Reciclagem (Papa-Pilhas), do Banco Real, cerca de 870 itens, entre pilhas, baterias portáteis, carregadores e aparelhos celulares usados, recolhidos no ponto fixo de coleta localizado no hall do prédio do Tribunal. São produtos cujos resíduos tóxicos causam danos ao meio ambiente se

descartados de forma incorreta. Por meio do Setor de Mecânica do Tribunal, também é feita a coleta permanente de material inservível (óleo, baterias, pneus, metais, recipientes plásticos e borracha) para doação à Associação de Catadores, que trabalha com materiais recicláveis. No ano passado, o Setor recolheu mais de 400 itens inservíveis.

O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, e o secretário-geral da Presidência, Júlio César Guimarães, participaram este mês, em Brasília, do lançamento da primeira etapa do primeiro módulo do Sistema Unificado de Administração Processual (SUAP), base tecnológica

do processo totalmente digital na Justiça do Trabalho. O sistema, desenvolvido mediante convênio com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), é considerado, tecnicamente, como a “espinha dorsal” de todos os demais sistemas voltados para a integração digital e a informa-

tização do processo judicial em toda a Justiça do Trabalho (TST, CSJT, 24 Tribunais Regionais e 1.378 Varas do Trabalho). O SUAP permitirá a padronização, a unificação e a integração de todo o controle de tramitação das ações trabalhistas, desde a Vara do Trabalho até o TST.



Promover a integração e incentivar a prática habitual de atividade física para a melhoria da qualidade de vida. Com essa finalidade servidores do TRT-MA participaram este mês, na Avenida Litorânea, da caminhada “Dê um passo para o bem-estar”, promovida pela Associação dos Servidores

(Astra XVI), com o apoio do Tribunal. No local da concentração, na Praça do Pescador, profissionais de academias fizeram a avaliação física dos participantes, verificação da pressão arterial e sessões de alongamento, além de acompanharem o percurso de 3.200m de caminhada.

O antigo imóvel da Associação Renascença, em São Luís, avaliado em R\$ 300 mil, foi arrematado este mês por R\$ 3 milhões, por um investidor. Participaram do leilão judicial, realizado pelo TRT-MA, 120 pessoas, entre construtores, investidores e empresários. Também foi leiloado por R\$ 720 mil

um imóvel comercial, localizado no bairro São Bernardo. Os bens arrematados na hasta pública, no auditório da VIP Leilões, (Maracanã), garantiram a arrecadação de mais de R\$ 4 milhões para quitação de débitos trabalhistas. Foram levados a leilão bens penhorados para pagamento re-

ferente a processos que tramitam nas Varas do Trabalho da capital. A juíza substituta da 2ª VT de São Luís, Luciana Dória de Medeiros Chaves, foi designada para o plantão no local. Houve 10 arrematações e três remições (resgate do bem pelo executado).

APERFEIÇOAMENTO

JT-MA inicia educação a distância

Por Wanda Cunha e Valquíria Santana

A Justiça do Trabalho no Maranhão iniciou o Projeto Educação a Distância “Rompendo a Distância”, implantado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para oferecer aos magistrados e servidores melhores condições de capacitação e aperfeiçoamento, via internet. No Maranhão, o projeto começou com o curso virtual Gestão de Conflitos, realizado este mês.



Des. Gerson de Oliveira faz abertura do curso Gestão de Conflitos

Ao fazer a abertura do curso, o presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, disse que o projeto, entre outros benefícios, reduzirá custos com o deslocamento para atividades de capacitação.

O diretor-geral do TRT-MA, Domingos Carlos dos Santos Neto, disse que a Justiça do Trabalho do Maranhão está empenhada em andar de mãos dadas com o Tribunal Superior do Trabalho e o CSJT para garantir a capacitação dos

magistrados e servidores.

Membro do Subcomitê de Educação a Distância do CSJT e responsável pelo projeto no Maranhão, a servidora do TRT Rosely Vieira, explica que o projeto é uma modalidade alternativa para a capacitação de magistrados e servidores, que pretende ampliar as possibilidades de educação corporativa, sem substituir a presencial. Autora e tutora do curso Gestão de Conflitos, ela disse que o curso

foi destinado especialmente à capacitação e atualização de gestores, com foco no desenvolvimento das relações interpessoais. Participaram diretores das Varas Trabalhistas de São Luís e do interior, no período de 02 a 22 de fevereiro.

Os cursos de educação a distância também integram o Programa Mais Capacitação, um dos cinco eixos do plano de gestão do TRT-MA para o biênio 2007/2009.

Cursos virtuais facilitam capacitação

A diretora de Secretaria da Vara de Balsas, Verissa Cabral, disse que já está aplicando as técnicas aprendidas no curso Gestão de Conflitos e “creio que as utilizarei sempre”, acrescentou. Ela lembrou que o fato de ser virtual, o curso tem a vantagem de poder ser acessado de qualquer lugar, o que beneficia, principalmente, os servidores do interior do Estado, que têm dificuldade de se deslocar para cursos fora da sede da VT. “É uma iniciativa excelente, e a interatividade entre os alunos e a tutora foi ótima”, finalizou.

Para a diretora de Secretaria da 4ª VT de São Luís, Teresa Ferraz, o curso foi uma oportunidade de debater sobre um tema com o qual os gestores lidam no dia-a-dia, principalmente como líderes de equipe. “Também foi uma forma de interagir com outros colegas de trabalho”, destacou.

O diretor de Secretaria da Vara de Timon, Mauro Heider Ferreira, afirmou

que uma das vantagens do curso a distância é o fato de o próprio aluno poder organizar seu horário de estudo, sem a necessidade de se deslocar do local de trabalho. Ele lembrou que o participante deve desenvolver suas tarefas de forma a conciliar com as atribuições do cotidiano trabalhista, o que nem sempre se torna possível. “Louváveis a iniciativa da tutora e o apoio da administração do Tribunal, no sentido de criar condições para o desenvolvimento profissional dos servidores”, enfatizou.

Na opinião do diretor de Secretaria da Vara de Chapadinha, Cláudio Moreira, o curso agregou valores que serão de extrema utilidade no exercício de suas atribuições. “A tutora nos proporcionou ‘novas maneiras de encarar velhas questões’, tanto no aspecto do gerenciamento das situações de conflito, quanto pelo ineditismo do curso a distância em nossa instituição”, garantiu o servidor.

Grupo de Trabalho

O TRT-MA é um dos regionais que integram o Grupo de Trabalho EaD. O grupo, vinculado ao Sistema Integrado de Gestão da Informação (SIGI) da Justiça do Trabalho, gerenciado pela Consultoria-geral de Informática do CSJT, tem como integrantes um representante de cada região, um representante do TST, dois representantes do CSJT e dois da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). A escolha dos integrantes foi feita por meio de análise curricular.

Atualmente, está sendo desenvolvido o projeto “Rompendo Distância”, que visa à implantação de soluções de EaD para treinamento nos novos sistemas e metodologias de trabalho, bem como capacitação nas mais diversas áreas.

Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas pelo e-mail ead@trt16.gov.br.

II Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho no Maranhão

Tema: Justiça do Trabalho, Cidadania e Inclusão Social
Inscrições: 23.03.2009 a 27.08.2009
Projeto Justiça & Imprensa - TRT - MA
Informações: www.trt16.gov.br
e pelo fone (98) 2109 9307



QUESTÃO DE JUSTIÇA

Projetos do TRT-MA são indicados pelo CNJ a outros tribunais

O Conselho escolheu os Juízos Auxiliares de Execução e de Precatórios e o Projeto Vara Itinerante, desenvolvidos pelo TRT-MA, para integrarem o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, lançado neste mês.

Por Valquíria Santana

Três projetos do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) foram selecionados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para integrarem o planejamento estratégico do Judiciário nos próximos cinco anos. Das 958 iniciativas catalogadas nos tribunais de Justiça, do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Eleitoral, foram selecionados no Maranhão a Vara Itinerante do Trabalho e os juízos auxiliares de Execução e de Precatórios.

Os projetos passam a integrar o Banco de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário, que será constantemente atualizado e disponibilizado ao público no portal do CNJ. O Conselho Nacional quer que os tribunais brasileiros executem o planejamento estratégico para garantir um Poder Judiciário mais eficiente, moderno e ao alcance do cidadão.

O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, disse que o reconhecimento à atuação do TRT do Maranhão está presente de diversas formas.

“Essa indicação dos projetos pelo CNJ é um exemplo disso”, lembrou. Durante correição no TRT, no ano passado, o ministro corregedor da Justiça do Trabalho elogiou o Juízo Auxiliar de Execução e o Concurso de Monografia, desenvolvidos pela JT-MA. Na área da comunicação, a instituição também recebeu, em 2008, do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça um prêmio na categoria Relacionamento com a Mídia.

Acesso à Justiça - os três projetos selecionados pelo CNJ estão sendo desenvolvidos como parte das ações do planejamento estratégico da Justiça do Trabalho no Maranhão. O desembargador Gerson de Oliveira explicou que as iniciativas visam dar respostas mais rápidas à população. “Não se pode admitir demora na prestação jurisdicional, ainda mais quando estamos falando de uma justiça que é termômetro do desemprego e das desigualdades sociais”, afirma.

O presidente lembra também que a Justiça do Trabalho do Maranhão tem o menor custo processual do

Brasil. Enquanto a média nacional dos tribunais regionais em 2007, foi de R\$ 43,35, no TRT da 16ª Região esse valor foi de R\$ 14,66, conforme recente relatório do CNJ. O desembargador assegura que o TRT-MA é um dos mais enxutos do país em função de vir mantendo estáveis as verbas orçamentárias ao longo dos anos.

O desembargador enfatizou que o acesso à Justiça é um direito do cidadão. “Portanto, não é um gasto, mas um investimento que o Estado faz para a paz social. No caso específico da Justiça do Trabalho, o retorno para a sociedade se dá de várias formas, entre elas, pela distribuição de renda”, acrescentou. O magistrado lembra que cada processo solucionado é mais dinheiro que circula no comércio, no pagamento de dívidas, e mais recursos recolhidos por meio do imposto de renda e previdência social para os Cofres da União, que retornarão à sociedade em forma de benefícios.

EXECUÇÃO

Instituído no âmbito do TRT-MA por meio da Resolução nº 153/2007, o Juízo Auxiliar de Execução tem como objetivo implementar a prestação jurisdicional executória de forma mais eficiente do que se daria com o regular processamento nas Varas Trabalhistas de origem. Visa resolver de forma eficaz os processos passíveis de solução, na medida em que existem bens aptos à garantia das execuções.

Nos dois meses de funcionamento, no Juízo Auxiliar tramitaram 665 processos, sendo realizadas nesse período 403 audiências de tentativa de conciliação, com a celebração de 160 acordos, totalizando mais de R\$ 770 mil em créditos trabalhistas pagos. Somados a esses números, houve acordos em processos contra grandes devedores, que resultaram no pagamento de mais de R\$ 1 milhão por ano.

Outra atuação do Juízo Auxiliar tem sido no leilão judicial. Nos últimos três anos, foram arrecadados mais de R\$ 33 milhões com a arrematação de bens penhorados para pagamento de dívidas trabalhistas.

Nas duas edições da Semana Nacional de Conciliação, realizada em dezembro de 2007 e 2008, o Juízo Auxiliar teve participação efetiva. Na Semana de 2007 os acordos firmados resultaram em mais de R\$ 500 mil em quitação de créditos trabalhistas. No evento de 2008, a juíza auxiliar de Execução, Luciana Dória de Medeiros Chaves, homologou acordos que contabilizaram quase R\$ 1 milhão.

PRECATÓRIOS

O juízo auxiliar de Precatórios foi instituído em 2006 com a finalidade de conciliar e agilizar a prestação jurisdicional do Tribunal, nos processos de execução movidos contra a Fazenda Pública do Município, do Estado e da União. O Juízo proporciona aos jurisdicionados uma alternativa para o pagamento de precatórios vencidos e não quitados, mediante audiências de itinerância. A intenção é garantir repasses financeiros mensais pelos entes públicos com precatórios pendentes de quitação.

Em dezembro de 2007, durante a Semana Nacional de Conciliação, das 12 audiências designadas para o período, em um único dia, o Juízo Auxiliar firmou acordo com o Governo do Estado, resultando no montante de R\$ 1,6 milhão. No evento de 2008, a juíza auxiliar Fernanda Franklin da Costa Ramos Belfort fez acordo com o município de Guimarães, no valor de R\$ 24 mil. Antes, em setembro, firmou acordo com a Prefeitura de Urbano Santos no total de R\$ 1,1 milhão; e em outubro, com o Estado do Maranhão, no valor de R\$ 1,06 milhão.

ITINERÂNCIA

As ações da Justiça do Trabalho no Maranhão ganharam ainda maior celeridade com as atividades desenvolvidas pela Vara do Trabalho Itinerante, uma atividade do projeto Justiça em Movimento, que tem o acompanhamento da Corregedoria do Tribunal. Nos últimos quatro anos, cerca de 3 mil audiências já foram realizadas em atividades de itinerância no interior do estado. Em 2008, os valores dos processos conciliados nessas atividades somam cerca de R\$ 4,5 milhões.

A Vara Itinerante funciona a partir do deslocamento do magistrado e da equipe de servidores da sede da Vara para outros municípios abrangidos pela jurisdição trabalhista, realizando audiências, bem como o recebimento de reclamações a termo. A itinerância leva em conta a distância entre os municípios e a sede da VT e a dificuldade de acesso e de deslocamento da população, principalmente por falta de condições financeiras do cidadão para arcar com despesas de transporte.

Determinada pela Resolução Administrativa nº 069 de julho de 2003, do Tribunal Pleno, a Vara Itinerante começou a ser desenvolvida em maio do ano seguinte, mas a primeira experiência nesse sentido no Estado ocorreu em 2001.



Audiências dos Juízos de Precatórios e de Execução

Itinerâncias no interior do Maranhão